



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1010333-86.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Condomínio**  
 Requerente: **Associação dos Amigos do Residencial I Parque Faber**  
 Requerido: **Regina M. P. L. Meirelles e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL I- PARQUE FABER ajuizou ação de cobrança em face de REGINA M. P. L. MEIRELLES aduzindo, em síntese, que é credora da ré no valor de R\$ 2.703,58 (dois mil setecentos e três reais e cinquenta e oito centavos), referente às despesas de administração, conservação e limpeza.

Afirma que a ré é proprietária do imóvel localizado na unidade 14-AT da Associação dos amigos do Residencial I-Parque Faber, porém, não efetuou o pagamento das despesas de administração, conservação e limpeza, totalizando o débito no valor de R\$ 2.703,58.

Ante a certidão de fls.38, foi informado que a ré faleceu, apresentando-se a certidão de óbito às fls.49.

Decisão de fls.64 deferiu a substituição do polo passivo para a inclusão do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros, quais sejam, Coriolano Morato Ferraz Meirelles, Ernesto Pereira Lopes Meirelles, Renata Pereira Lopes Meirelles e Virginia Pereira Lopes Meirelles (fls.54/55).

Os réus foram citados as fls.75/78 e não apresentaram contestação (fls.83).

É uma síntese do necessário.

#### **FUNDAMENTO E DECIDO.**

A procedência do pedido é de rigor.

Citados, os réus deixaram de contestar o pedido dando-se a revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do Código de Processo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO os réus ao pagamento da quantia de R\$ 2.703,58, com correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data em que realizado o cálculo de fls 02.

Condeno ainda os réus ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se e intime-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 26 de maio de 2017.